

EDITORIAL

Um peso e duas Medidas

Observa-se, desde a última década, um aumento das críticas de alguns órgãos financiadores e empresas nacionais dirigidas contra as Universidades e, mais especificamente, contra cientistas que desenvolvem pesquisas nas Universidades brasileiras e a inutilidade destes trabalhos. Alega-se como principal motivo que as pesquisas nas Universidades realizadas com recursos a "fundo perdido" (ou não-reembolsáveis) são inúteis às empresas, redundando um grande desperdício de recursos e contribuindo para esvaziar o setor produtivo entendido como sendo aquele das atividades empresariais não Universitárias. Com esta alegação, canaliza-se, a passos largos, mais e mais recursos para o setor privado vinculando-o à sigla de desenvolvimento tecnológico, crescendo-o em parte, às custas de recursos que seriam aplicados na educação e no desenvolvimento científico do País. Desta forma, transferem-se os recursos deixando para trás o vigor das reais exigências que garantem a sua boa alocação. Quando se analisa o projeto de um pesquisador exige-se que o mesmo tenha experiência na área e normalmente exige-se o envolvimento de um pesquisador doutorado chefiando o projeto atentando-se também para a qualidade do pessoal envolvido. O mesmo não ocorre nas indústrias quando exige-se simplesmente que o projeto esteja bem apresentado e que as garantias financeiras sejam adequadas. O nível ou seja o Curriculum Vitae dos responsáveis pela parte técnica não é um mérito exigido. Assim, com garantias do seu patrimônio, o empresário levanta os recursos necessários ao empreendimento, contrata empresas de consultoria e engenharia, monta a empresa e começa a fabricar um dado produto químico cuja vida útil no mercado não raramente chega até a ser inferior aos prazos de carência e/ou amortização dos empréstimos contraídos.

Poucos anos após, e antes mesmo de haver pago as suas dívidas, vê-se o empresário forçado a enfrentar a realidade do mercado alterado com os avanços científicos e tecnológicos que passam a exigir da empresa um novo produto que substitua o fabricado, tornando-o obsoleto.

Pressionado desta forma, volta o empresário aos órgãos financiadores para novo aporte de recursos e para a compra do novo pacote tecnológico que lhe permitirá "atualizar-se" tecnologicamente e enfrentar o seu obsoleto. Qual é a probabilidade de um produto tornar-se obsoleto? Investimentos deste tipo são, não raramente, definidos como "Desenvolvimento Tecnológico".

Se o mesmo rigor Universitário fosse aplicado às indústrias, dever-se-ia exigir delas que uma parcela dos recursos aplicados na empresa tivesse a finalidade de nela se desenvolver uma atividade científico-tecnológica com pesquisadores qualificados, com a finalidade de serem desenvolvidas pesquisas do interesse da própria empresa e que gerassem a criação de novos métodos e produtos que garantissem a sua evolução tecnológica. Desta forma, estaríamos evitando o risco do obsoleto predatório às custas dos recursos públicos que poderiam ser investidos na educação básica e na formação dos pesquisadores nas Universidades. Abrir-se-ia também um novo mercado de trabalho para recursos humanos altamente qualificados nas empresas evitando-se a situação paradoxal onde meia dúzia de Doutores em química parece gerar um desemprego num País de 120 milhões de habitantes.

Adequando medidas deste tipo a nossa realidade os órgãos financiadores estariam simplesmente zelando mais uma vez pelo bom destino dos recursos públicos a eles confiados e contribuindo mais concretamente para eliminar o que se pode chamar de elefantíase tecnológica.